

## **O império em ascensão (por um de seus espectadores)**

Introdução ao livro de Manuel de Oliveira Lima:  
*Nos Estados Unidos, Impressões políticas e sociais* (1899).

Paulo Roberto de Almeida  
In: Manoel de Oliveira Lima,  
*Nos Estados Unidos, Impressões políticas e sociais*  
(Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009; 424 p.; p. 9-39).

Atenção: este livro contém cenas explícitas de racismo, registra manifestações de apoio ao colonialismo europeu e demonstra simpatia, quando não conivência, com o imperialismo americano.

Mas não se assuste, caro leitor: não estou condenando o livro *ab initio*. Estou apenas registrando o que poderia escrever a respeito desta obra algum acadêmico progressista, adepto do estilo “politicamente correto” que passou a infestar as universidades do mundo inteiro a partir de sua matriz americana. A esse título, algumas das “impressões” de Oliveira Lima sobre o país que conheceu quando serviu como secretário da legação do Brasil em Washington, na última década do século XIX, são altamente incorretas, pelo menos nas passagens que têm a ver com a questão racial, com o colonialismo europeu e com a expansão da “nova Roma” imperial.

O livro apresenta conceitos “chocantes” a propósito dos negros americanos, ao mesmo tempo que o autor se mostra complacente em relação à crescente projeção imperial dos EUA. No entanto, seria propriamente anacrônico selecionar frases de Oliveira Lima para um “julgamento” contemporâneo, uma vez que toda obra desse gênero deve ser avaliada no contexto histórico e ideológico que a viu nascer. Desse ponto de vista, este livro de ensaios sobre a emergência econômica e geopolítica dos EUA representa um retrato fiel da potência em construção. Em outros termos: o livro é inteiramente compatível com o *Zeitgeist* de quando foram escritos os ensaios que o compõem, mais de um século atrás. Ele recolhe as “impressões político-sociais”, mas também o perfil histórico e o itinerário econômico do então nascente “império”, observações recolhidas ao longo dos anos nos quais serviu em Washington o historiador pernambucano – de formação portuguesa – e iniciante na diplomacia.

As afirmações de Oliveira Lima de apoio implícito à projeção imperial dos EUA, sua complacência com o colonialismo ocidental na Ásia, na África e em partes do próprio hemisfério americano e mesmo as frases de indisfarçável tolerância para com o racismo são o “imposto” a pagar pelo fato de terem sido feitas numa época em

que tais manifestações do pensamento não apareciam como especialmente chocantes, e sim como expressões quase “normais” da mentalidade de seu tempo. A ideologia dominante na época se caracterizava pelo evolucionismo *à la* Herbert Spencer, pelo darwinismo social – que, obviamente, distorcia completamente o sentido original da teoria da seleção natural, convertida em “sobrevivência dos mais fortes” –, pela idéia de que as civilizações mais avançadas tinham de imprimir a marca do “progresso” naquelas que ainda não tinham conseguido chegar à era industrial. Doutrinas, enfim, que afirmavam a superioridade natural da raça branca sobre os povos primitivos e as sociedades atrasadas. Os povos anglo-saxões tinham o dever moral de contribuir para a elevação espiritual dos países periféricos, trazendo-os para o coração da civilização industrial.

Este livro, que aproveita escritos de 1896 a 1899, publicados originalmente na *Revista Brasileira* e no *Jornal do Comércio* (e que vem datado de Washington, em 11 de maio de 1899, embora impresso originalmente nesse mesmo ano, em Leipzig), constitui um apanhado de comentários sociológicos (alguns deles impressionistas) sobre as razões do progresso americano, no confronto com o atraso brasileiro. De fato, ao escrever sobre os Estados Unidos, Oliveira Lima estava, na verdade, pensando no Brasil, como ele mesmo revela já na introdução: “No Brasil fala-se ou muito bem ou muito mal dos Estados Unidos. Apontam-nos os seus admiradores como o único modelo a seguir..., o melhor figurino a copiar nos mais ligeiros pormenores, sem cogitarem da diferença dos meios, das respectivas tradições nacionais e dos costumes de cada povo. Os seus detratores culpam-nos de todos os crimes, desde a ambição devoradora de terras e de nacionalidades, até a corrupção política e social mais desbragada.” O próprio Oliveira Lima não escondia sua opinião: “À parte os exageros do fanatismo, a verdade está incomparavelmente mais com os primeiros.” Ele confessava, talvez com pouco senso crítico, que pretendia ver o Brasil seguir o exemplo do “grande país americano... no ingente progresso material, (...) no seu discernimento dos males da demagogia, na tolerância, na paixão pelo estudo, na energia individual, na vontade perseverante de atingir a perfeição.”

Foi Oliveira Lima quem deu início aos exercícios comparativos da longa série de reflexões críticas que os intelectuais brasileiros do século XX efetuariam sobre as causas do baixo desenvolvimento nacional, no confronto com a pujança dos EUA. Corrente, esta, que seria continuada por figuras como Monteiro Lobato e que encontraria em *Bandeirantes e Pioneiros*, de Vianna Moog, sua mais perfeita

expressão weberiana. Ele o fez a partir de sua atenta observação das realidades americanas, colocando-as inclusive em comparação com o que já conhecia do velho continente: “Na América do Norte apoderou-se de mim, e a breve trecho converteu-se numa quase obsessão, uma forte impressão do nosso atraso, que na Europa eu nunca havia experimentado, acostumados como justamente andamos a considerá-la um antiqüíssimo campo de experiências e de progressos. Do outro lado do Atlântico, porém, num país de civilização tão moderna quanto o Brasil, a comparação impõe-se irresistivelmente, em nosso grave desabono...”.

Oliveira Lima oferece, portanto, sua interpretação dos Estados Unidos. Mas a sua visão é a do intelectual preocupado primariamente com o Brasil: “eu apenas olhei para os Estados Unidos com olhos de brasileiro, a saber, constantemente buscando o que de aproveitável para nós poderia a meu ver resultar do exame e da confrontação”. Ele registra sua “impressão de melancolia pelo muito que os Estados Unidos têm alcançado, e pelo pouco que nós temos relativamente feito.” O rotundo diplomata – que mais tarde seria chamado de Dom Quixote Gordo por Gilberto Freyre – poderia, legitimamente, ser considerado como o primeiro, ou mesmo como “o” *founding father* dos americanistas brasileiros, não fosse pela precedência histórica do chamado “pai da imprensa brasileira”.

Com efeito, um século à frente de Oliveira Lima, Hipólito José da Costa (antes de se estabelecer na Inglaterra, fugindo da Inquisição portuguesa, e de ali editar seu *Correio Braziliense*) viajou pela costa leste dos Estados Unidos a serviço do futuro Conde de Linhares, tendo produzido um relatório sobre suas observações agrícolas, industriais e botânicas naquele país. O jovem (24 anos) português nascido na Colônia do Sacramento e criado em Rio Grande, escreveu também um *Diário de Minha Viagem para Filadélfia, 1798-1799*, que não pode ser propriamente considerado um estudo de especialista, mas que é certamente a primeira obra sobre os Estados Unidos escrita do ponto de vista de um observador do Brasil, preocupado em trazer para a colônia lusitana as espécies vegetais e animais e os melhoramentos técnicos que julgava poder contribuir para o engrandecimento de sua pátria de fato.

Exatamente um século depois de Hipólito da Costa, como resultado de mais de três anos de suas próprias observações e andanças, Oliveira Lima fixava nos ensaios recolhidos neste livro suas *impressões políticas e sociais* a respeito da extraordinária expansão então experimentada pela já poderosa nação do Norte. Ao elaborar uma visão própria sobre a pujança da potência norte-americana, ainda nos tempos de

Cleveland e McKinley, o historiador consolidou mais tarde sua análise das razões do “sucesso” americano, comparativamente ao “fracasso” das ex-colônias ibéricas, em outros escritos sociológicos, a partir de visitas aos EUA, numa era de triunfalismo rooseveltiano e wilsoniano. Assim foi que, uma década e meia após seu primeiro exercício americanista, Oliveira Lima coletou a série de *lectures* que ele proferiu em universidades dos Estados Unidos no volume *The Evolution of Brazil Compared with that of Spain and Anglo-Saxon America* (1914), publicado no Brasil como *América Latina e América Inglesa: a evolução Brasileira comparada com a Anglo-Americana*. Tratou-se, neste caso, de uma abordagem essencialmente histórica, na qual ele não deixou de consignar comentários de caráter sociológico sobre as diferentes vias de desenvolvimento político, social e econômico seguidas nas diversas partes do hemisfério, com a inevitável deferência às teorias racialistas então em voga.

Em suas memórias, Oliveira Lima lembraria que aprendeu bem mais sobre os EUA durante os meses como *lecturer* em doze universidades americanas, em 1912, e nos seis meses nos quais ele foi professor em Harvard, em 1915 e 1916, do que nos três anos anteriores em Washington como Secretário de Legação. Na então rarefeita bibliografia americana sobre o Brasil e também brasileira sobre os Estados Unidos, Oliveira Lima aparece como uma ponte intelectual entre os dois países, exemplo, aliás, pouco replicado no decorrer do século XX. Ele continuaria, mais tarde, suas reflexões histórico-sociológicas, ao colaborar, desde a sua fundação, em 1918, com a *Hispanic American Historical Review*, criada por historiadores da American Historical Association dedicados ao estudo da América Latina.

Nas suas primeiras “impressões” dos EUA, Oliveira Lima oferece análises pessoais sobre diferentes aspectos da vida americana e da política externa daquele país; mas os ensaios vêm sempre sustentados na bibliografia disponível em sua época e em materiais oficiais do país. Os problemas selecionados são os que ele acredita possam apresentar relevância para o Brasil, como ele próprio explica na introdução: “busco nos diferentes capítulos em que se divide o volume – o problema negro, a imigração, a política externa, as virtudes nacionais, a influência feminina, o catolicismo americano, o figurino político – senão tratar, pelo menos apresentar as questões que mais diretamente nos interessam ou nos dizem respeito, e cuja solução ou aspecto nos Estados Unidos é capaz de oferecer-nos ensinamento.”

O que Oliveira Lima diz, exatamente, sobre o negro americano, no capítulo inaugural? Suas observações e comentários, por mais desagradáveis que possam hoje parecer a pessoas engajadas no “resgate” das abominações de um passado não muito remoto, devem sempre ser vistas na perspectiva comparativa com o Brasil, que nesse particular ele julga favorável ao Brasil, edulcorando, e muito, o tratamento aqui concedido aos escravos: “Nos Estados Unidos também a prosperidade agrícola baseou-se durante dois séculos sobre o trabalho escravo, com a diferença que a sorte dos trabalhadores era infinitamente pior do que no Brasil, mercê da superior predisposição ao afeto da raça latina e do seu menor desprezo pelas raças inferiores.”

Como em outras análises típicas dessa época – como a de Euclides da Cunha sobre os “fanáticos” do sertão baiano, por exemplo –, a culpa da miséria dos negros americanos recai quase sempre sobre os próprios miseráveis: “Além de entregar-se exclusivamente à cultura do algodão pelos processos mais rotineiros e atrasados, o negro salienta-se pela indolência e negligência com que executa o serviço. (...) Vive sempre na miséria, gastando quanto apura nos anos fartos, e passando fome, pedindo fiado sob hipoteca da colheita futura nos anos magros. (...) Com tal espetáculo diante dos olhos é bem explicável o desprezo do americano pela raça africana.” Pouco mais adiante, ele racionaliza o atraso do Sul pela sua constituição étnica: “O negro é de natureza preguiçosa e também imitativa... (...) Naqueles condados do Sul onde, predominando pelo número, o negro vive para assim dizer entregue a si, o retrocesso é visível.”

Oliveira Lima não esconde, ao contrário, relata com pormenores, as fraudes eleitorais que permitiam, no Sul racista, a vitória dos democratas, apoiados pelos brancos, contra o voto maciço dos negros nos republicanos, que os tinham libertado na Guerra Civil. Confrontando o “problema negro” ao das duas outras “raças” que constituíam minorias nos EUA, o historiador do período joanino acreditava que esse problema só existia por causa da fecundidade da população afro-americana e devido ao “erro cometido pelos vencedores de 1865 atribuindo-lhe os direitos políticos”. Ele confrontava, então, o “perigo do negro” às duas outras questões raciais supostamente consideradas problemáticas no contexto americano *fin-de-siècle*:

“Não existe uma questão índia porque os selvagens, acantonados em suas reservas, somam 250 ou 300 mil, se tanto, e das contendas públicas só conhecem o *whiskey* e os cobertores que lhes fornecem os contrabandistas e os comissionados do governo. (...) Não existe mais uma questão chinesa, porque aos mongóis foi defesa a entrada, e os que já estavam, pouco excedem de 100 mil e não votam. (...) Ao contrário, os negros são, em alguns estados, numericamente iguais, senão superiores aos brancos

e gozam da adulação de certos *politicians* nas repetidas épocas de eleições. A sua natureza prolífica é conhecida, e se a mortalidade entre eles era considerável ao tempo do tráfico por causa das péssimas condições em que fazia-se a transportação, hoje o seu estado sanitário não oferece sensível diferença do que prevalece entre os brancos.”

Admitindo tranquilamente a superioridade natural da raça branca sobre a negra, Oliveira Lima acreditava que a “regeneração do Sul dos Estados Unidos só se faria, contudo, completamente, bem como a do nosso Norte [na verdade, ele se referia ao Nordeste], substituindo em grande parte o branco ao negro, isto é, diluindo a raça de cor, não real, mas figuradamente, na população de origem européia.” Ele comenta, então, o projeto de um senador sulista que pretendia enviar os negros americanos de volta para a África: “Esta emigração, longe de dura e compulsória, seria promovida, ajudada e subvencionada pelo Governo Federal, e dela resultaria um benefício para a humanidade, pois que os negros americanos civilizariam os seus pares africanos sem precisarem, como os brancos, de recorrer à escravidão.” Oliveira Lima manifestava, porém, a desconfiança de o inverso ocorrer: “Resta saber se, longe de lograrem constituir uma poderosa nação comercial, de extenso tráfico marítimo, os oito milhões de negros americanos não recairiam antes na primitiva selvageria, da qual os salvam aqui os esforços dos brancos apostolizadores...”

Concluindo esse capítulo sobre o problema do negro nos EUA, as reflexões de Oliveira Lima o levam a preconizar o desenvolvimento do Brasil através do “auxílio e fomento” de outros povos, ou seja, a imigração européia. “Esta corrigirá a extrema mestiçagem estabelecida pelo Português e firmará a real supremacia dos brancos, que, se justamente por motivo dessa mestiçagem, não ocorrem no Brasil os perigos temidos pelos do Sul dos Estados Unidos, ameaçavam em todo caso afundar-se num alastramento de raças inferiores”. Uma pesquisa em torno dos escritos de muitos dos outros “sociólogos” brasileiros dessa época – tal como refletida, por exemplo, em obras como *Black into White: race and nationality in Brazilian thought*, de Thomas E. Skidmore – revelaria comentários e reflexões muito próximos aos aqui evidenciados de Oliveira Lima.

No capítulo seguinte, sobre a imigração, Oliveira faz observações que parecem resumir todo o sentido do “progresso” americano: o amor ao trabalho e a obsessão pela educação.

A instrução chegou a converter-se numa febre na Nova Inglaterra. Mercê da relativa pobreza do solo, da penhora da indústria e, sobretudo, das facilidades do ensino, quase toda a gente deseja aprender, a maior parte dos rapazes pretendem ser

*formados*. Nos colégios abundam os estudantes pobres que, durante o verão, trabalham em profissões manuais para no inverno pagarem suas pensões e cursarem as aulas. No hotel de Block Island em que passei em 1897 as semanas de maior calor, o serviço de mesa era todo feito por *college boys*: o criado que me servia era um terceiro-anista de engenharia, o chefe dos criados acabará o seu curso de direito, e o gerente era um inteligente bacharel em filosofia que continuava a aprofundar seus conhecimentos, a estudar para doutorar-se e obter alguma cadeira em alguma das outras universidades, sempre dispostas a receber nas suas congregações os doutores de Harvard.

De fato, as grandes diferenças entre os processos de desenvolvimento dos EUA e do Brasil não estão tanto nas correntes migratórias européias – embora estas também comportem peculiaridades significativas – mas no modo de encarar o trabalho e a educação em cada um dos países. Como confirmado pelo próprio Oliveira Lima: “Para o americano não existe trabalho desonroso: desonrosa é apenas a preguiça.” Nesse capítulo, Oliveira Lima revela ainda a mesma atitude e os mesmos preconceitos exibidos pelos americanos em face do chamado “perigo amarelo”, que naquele país resultou na proibição da imigração chinesa:

“Já basta ao Brasil a extraordinária emigração para Portugal durante todo este século dos capitais ali acumulados pelos comerciantes vindos do reino. Demais, sobre a moralidade, ou melhor, sobre a imoralidade do Chinês não existem duas opiniões. É palpável que, eivado de vícios e fisiologicamente inferior, ele abastardaria ainda mais uma raça que a enervação tropical e o cruzamento com raças inferiores já têm suficientemente estigmatizado.”

Ele também demonstrava preocupação com a qualidade “técnica”, quando não com a pureza eugênica da imigração controlada:

“Não devemos calcular que o emigrante europeu nos trará somente o esforço muscular do seu braço para o que, em rigor, bastariam as raças inferiores. Devemos esperar que ele nos trará o concurso da sua inteligência, a saber, uma porção infinitesimal da experiência do seu continente em matéria de organização financeira e econômica, de perícia industrial, de adiantamento moral.”

O capítulo sobre a “qualidade do povo” permite a Oliveira Lima fazer uma apologia da “raça” de inventores, que ele cita nominalmente: “Morse, inventor do telégrafo elétrico; Bell, do telefone; Colt, do revólver; Ericson, do monitor; Edison, do fonógrafo e outras muitas maravilhas; Howe, da máquina de costura; Mac Corwick, da máquina de ceifar.” Sem indicar suas fontes, ele estimava a riqueza (isto é, o PIB) dos EUA, em 1896, em 76 bilhões de dólares, ou, aproximadamente, um quinto do produto mundial, para uma população que representava, se tanto, 5% do total mundial. O fenômeno das doações milionárias dos ricos americanos para as universidades, instituições humanitárias ou congregações religiosas, filantrópicas e assistenciais, já era bem comum nessa época. Oliveira Lima acreditava que na “alma

anglo-saxônica” encontravam-se perfeitamente combinados, “numa maravilhosa união”, as duas características que ele reputava essenciais para fazer um povo grande: o misticismo e o mercantilismo. Ele não deixa, porém, de mencionar os bárbaros tratamentos infligidos aos prisioneiros, os linchamentos de negros, o extermínio dos índios.

O quarto capítulo, sobre a “influência da mulher”, não deixa de reproduzir os preconceitos da época, embora Oliveira Lima registre a saudável orientação existente no sentido de se estender às mulheres americanas as mesmas facilidades educacionais que aos homens. Harvard e Columbia ainda eram, naquela época, universidades exclusivamente masculinas. Mas existiam colégios particulares de ensino superior ou de “alta ciência” nos quais às mulheres “é ministrado absolutamente o mesmo grão de cultura que nos outros colégios”. Foram mulheres, ele lembra, que escreveram livros famosos em defesa dos índios e dos escravos.

O quinto capítulo, sobre a sociedade, confirma que o dinheiro está “impresso” em quase todas as dimensões da vida americana e a fortuna preside a quase todos os destinos na vida pública, inclusive ao hábito tão comum, desde sempre, de se nomear embaixadores os colaboradores financeiros dos dois grandes partidos. Naquele mesmo momento, o debate mais relevante nos EUA estava voltado para a questão do padrão monetário, se monometálico, com base no ouro, ou se bimetalista como queriam os populistas, incorporando a prata, também. Tinha acabado de ser construído, ao preço de 8 milhões de dólares, um magnífico edifício para abrigar os 4 milhões de livros previstos para a Biblioteca do Congresso, onde era obrigatório o depósito de cada nova obra editada no país. Oliveira Lima já se refere à “obra clássica de Tocqueville” (1835) sobre a democracia americana, não sem deixar de mencionar a “infalível corrupção dos regimes populares”. Naquela época, “o serviço doméstico [era] difícil, além de muito caro; os serviços americanos distinguem-se pela insolência”, o que provavelmente continua válido ainda hoje.

O capítulo VI, “O figurino político”, oferece a Oliveira Lima a oportunidade de colocar o sistema político americano como modelo para o brasileiro, assim como o da Inglaterra o foi durante o período do constitucionalismo monárquico. Por certo o padrão constitucional republicano adotado no Brasil esposou basicamente os mesmos princípios. Mas ele se apressa em lembrar que “Copiar uma constituição é uma coisa, aplicá-la, porém, é outra.” Ele não deixou de notar a crescente predominância do executivo, sobretudo a partir da política de expansão territorial, com a incorporação

do Havaí, das Filipinas, de Cuba e de Porto Rico, transformando o presidente numa espécie de “ditador constitucional” desses novos territórios. No campo das relações exteriores, Oliveira Lima salientou que “o Senado não se limita a aprovar ou rejeitar as convenções [estrangeiras] celebradas pelo Executivo, como assumiu a faculdade de emendá-las”, o que levanta problemas de diversas ordens para o executivo.

Em paralelo com o Brasil, Oliveira Lima registra que os políticos americanos “têm de lisonjear humildemente e prestar conta do seus atos à massa que os elege e de vontade própria os conserva no poder, ao passo que os nossos têm apenas que conchavar-se uns com outros e ninguém a quem dar contas fora das suas agremiações” (hoje, talvez nem isso). Nem por isso deixa de existir forte corrupção legislativa e administrativa, ainda que medidas já tivessem sido adotadas para coibi-las:

O Presidente Cleveland pôs mais da metade dos lugares que antigamente o chefe eleito da nação tinha ao seu dispor, na *competitive list* ou lista dos lugares dados por concurso e cujas nomeações não são dependentes de serviços partidários: foram assim subtraídos à ganância dos politiqueros quase todos os empregos nos departamentos federais abaixo do *chief clerk*, e muitos nas alfândegas, recebedorias da receita interna etc.

Ainda assim, exemplos abundam de velhas práticas – até Cleveland, o presidente “contava para a distribuição com nada menos do que 125.000 cargos somando anualmente 60 milhões de dólares de vencimentos” –, que talvez se tenham tornado permanentes:

Alguns funcionários há que por terem revelado aptidão mais que a ordinária para o lugar ou por outras razões mais discretas são nele mantidos. No serviço diplomático, por exemplo, vemos o Sr. Denby, nomeado pelo Sr. Cleveland, atravessar incólume a administração Harrison e ficar ministro na China durante treze anos.

Oliveira Lima termina esse capítulo lembrando as dramáticas diferenças educacionais entre o Brasil e os EUA: o recenseamento de 1891 havia identificado uma população total de 14,3 milhões de pessoas, das quais 12,2 eram rigorosamente analfabetas. Nos EUA havia, segundo ele, 15,5 milhões de alunos de escolas públicas, servidas por quase meio milhão de mestres, “sendo até em alguns estados fornecidos grátis os livros de texto para as aulas”. Os dados não estão no livro de Oliveira Lima, mas, à época em que ele escrevia, a taxa de matrículas no ensino primário dos EUA correspondia a quase 2 mil por 10.000 habitantes, ao passo que no Brasil esta cifra alcançava, se tanto, 258 pessoas, tendo atingido a proporção dos EUA apenas nos

anos 1980, ou seja, quase um século depois (Richard Easterlin, “Why isn’t the whole world developed?”, *Journal of Economic History*, 41(1), March 1981).

O catolicismo e a educação, justamente, ocupam o capítulo VII, que começa reconhecendo a imensa liberdade religiosa reinante nos EUA. Oliveira Lima reconhece, na verdade, o preconceito anti-católico das elites políticas protestantes, constatando a inexistência de algum presidente daquela corrente cristã (o que só ocorreria com John Kennedy, em 1961). Ele atribui essa situação ao “velho ódio dos reformistas britânicos contra os papistas [que] subsiste numa herança instintiva dos sentimentos da antiga metrópole”. Ele também não deixa de registrar a influência do ambiente de negócios sobre a Igreja católica: “Os prelados americanos têm forçosamente de ser todos homens de negócio. Nos sermões costuma aqui ferir com insistência o nosso ouvido latino, mais habituado à explanação da doutrina, a questão do dinheiro.”

Oliveira Lima reproduz, com claros sinais de aprovação, declarações do principal prelado da Igreja católica americana, Cardeal Gibbons, sobre o problema racial que dividia aquele país:

Tem-se observado na história da humanidade que quando duas raças distintas coabitam o mesmo território, uma delas exerce sempre certa supremacia sobre a outra. (...) Os conflitos e antagonismos de raça e o derramamento de sangue recentemente ocorrido em vários estados da União [ele se referia aos linchamentos de negros no sul dos EUA] podem ser em grande parte atribuídos a duas causas capitais: o parcial e mal dirigido sistema de educação dos negros e o indiscriminado exercício e conseqüente abuso da urna eleitoral. (...) A educação que estão recebendo, é destinada a aguçar suas faculdades mentais às custas do seu senso religioso e moral. Estimula-lhes a ambição sem fornecer os meios de satisfazê-la. (...) O abuso da urna eleitoral é mais culpa dos demagogos brancos que mesmo dos negros. Os políticos servem-se do voto dos negros para seus próprios fins egoístas. Estou persuadido de que uma restrição do sufrágio, requerendo-se um título de propriedade como base da qualificação eleitoral, seria uma medida avisada.

Esse capítulo inclui, ainda, uma detalhada descrição da Catholic University of America, em Washington, então em constituição e à qual Oliveira Lima legaria sua imensa biblioteca pessoal – com manuscritos valiosos – e na qual ele exerceria seus talentos de professor, já na fase final de sua vida, nos anos 1920.

O capítulo VIII, dedicado aos escritores americanos, oferece um panorama atualizado, para as décadas finais do século XIX, do que de mais importante vinha sendo publicado nos EUA. Curiosamente, Oliveira Lima começa por escritores que serviam ao Estado, como altos funcionários ou diplomatas, a começar pelo Secretário de Estado do presidente McKinley, John Hay, autor de uma história em dez volumes

do presidente Lincoln: ele é apresentado como um “escritor sem jaça que fez sua brilhante carreira muito mais como literato do que como político ou diplomata”. O Secretário da Marinha era um tradutor de Virgílio, assim como eram escritores vários embaixadores da ativa. Ele registra como as enciclopédias e coletâneas atendiam muito o gosto do público americano, assim como as séries biográficas.

Destaque especial é dado ao “representante mais reputado, mais genuíno e mais brilhante do *humour* americano”, Samuel L. Clemens, mais conhecido como Mark Twain, que era a personificação do americanismo, pela *self-education*. Outro escritor que merece atenção é Marion Crawford, evolucionista e divulgador da obra de Darwin, filósofo social, um verdadeiro menino prodígio que, aos 11 anos, já tinha escrito um quadro cronológico desde o ano 1000 a.C., até 1820.

Oliveira Lima registra o fato de que os “historiadores e publicistas americanos costumam geralmente considerar os assuntos que escolhem de um ponto de vista exclusivamente nacional”, o que ele considerava um “defeito comum à mentalidade americana”, mas que poderia ser superada pela inserção da história americana no fluxo universal. Ele ilustra este ponto pela obra de John Fiske (*American Political Ideas viewed from the standpoint of universal history*), que considerava que o sistema de representação política típica dos EUA, a democracia de aldeia, na verdade mergulhava suas raízes nas formações medievais da Europa, ou até mesmo nas florestas germânicas onde os bárbaros desafiavam o poder de Roma imperial.

No capítulo IX, finalmente, chega-se à política externa da nova Roma em ascensão, cujas características essenciais seriam, segundo Oliveira Lima, “dois traços que sempre escassearam à nossa – continuidade e energia”. Os paralelos derogatórios com a diplomacia brasileira – surpreendentes quando se pensa que ele já era um diplomata da ativa – continuam:

Desde Washington os estadistas americanos sabem o que querem e querem-no a valer. A nossa diplomacia, ao inverso, tem apenas recebido impulso e orientação de esforços isolados, avisados e poderosos por vezes, porém sem persistência, não raro contrariando-se e infalivelmente cessando com a retirada do teatro político ou de teatro da vida do representante que os encarnou. O papel de D. Pedro II na política externa foi sem dúvida mais infeliz do que na interna. Da guerra contra Rosas o proveito para o Brasil ainda foi palpável, mas da guerra contra Lopez as conseqüências foram nulas, se abstrairmos da manutenção da dignidade brasileira.

Ele observa que a política externa americana tem sido caracterizada por dois princípios complementares: neutralidade nos assuntos europeus – legado de Washington – e preponderância nos assuntos americanos, proposto por Monroe. Ele

lembra as recomendações de Jefferson, em seu discurso inaugural, preconizando “*honest friendship with all nations, entangling alliances with none*”, mas também constata a grande desproporção de meios e recursos existentes nas Américas entre os EUA e as outras nações independentes: “Não existe na América o que na Europa é tradicional sob o nome de equilíbrio, e que traduz a correlação de forças existente entre três ou quatro das suas principais divisões, como resultado dos conflitos pelo predomínio.” Seu julgamento da situação geopolítica do hemisfério é certamente constrangedor, embora, realista:

Na América, depois de apagado o rastilho emancipador, tivemos o espetáculo de uma única nação organizada, os Estados Unidos; um grande corpo amorfo, *a vast, feeble and torpid body* [ele cita, aqui, E. J. Payne, *European Colonies*], o Brasil; uma dúzia de estilhaços dos vice-reinados espanhóis, cuja história é monotonamente agitada, e nos quais generais, padres, aventureiros e mestiços dançavam uma sarabanda doida e sangrenta em redor do altar do bezerro de ouro coberto com o barrete frígido da Liberdade. A situação tem-se certamente modificado. Neste fim de século encontramos um Chile cheio de vitalidade e uma Nação Argentina rica de futuro: nenhuma República latino-americana pode, contudo, mesmo imperfeitamente ombrear com os Estados Unidos na colonização integrada, desenvolvimento industrial, adiantamento intelectual, não meramente literário, vigor, opulência esplendor. A preponderância, pois da nação norte-americana no continente é mais do que uma intenção manifesta, é uma condição necessária, um resultado fatal, a que não há de fugir.

Oliveira Lima segue a trajetória de expansão territorial e de projeção imperial dos EUA no século XIX. Mas seu julgamento, mesmo numa era de novas aquisições, tende a ser complacente:

Engana-se muito quem o lóbrigar sempre á espreita das ocasiões de aumentar o seu já tão considerável território. As conquistas ultimamente realizadas, exceção feita de Porto Rico que representa uma necessidade da defesa e uma condição da supremacia no mar das Antilhas, foram mais impostas pelas circunstancias do que intencionais. A política de extensão territorial, hoje que as fronteiras se acham consolidadas, está longe de encontrar unânimes defensores, principalmente entre as classes cultivadas e diretivas – se assim as podemos qualificar nesta vigorosa e ciosa democracia. O entusiasmo pela causa cubana não escondia nem esconde gerais desejos de incorporação: foi em grande parte uma característica expansão de americanismo, a florescência das sementes de amor da liberdade humana que a guerra gloriosa da Independência e o desenvolvimento muito mais glorioso da União numa atmosfera de paz depositaram na alma nacional.

Ele reconhece, em todo caso, que todas essas demonstrações de força tinham motivações basicamente econômicas e comerciais: “Além da aplicação de certas conquistas da civilização, como o arbitramento, o tratamento generoso do inimigo vencido e outras, a obra da diplomacia americana tem tendido toda para a liberdade da navegação e o fomento do comércio, envidando seus esforços para a proteção das patentes de invenção e marcas de fábrica, dos cabos submarinos, até da propriedade

literária...” Ele responde, em particular, às acusações que nessa mesma época fazia Eduardo Prado – chamado de “panfletário de grande talento” – ao novo gigante americano, recorrendo a um jurista inglês para dizer que “Nenhuma nação mais do que os Estados Unidos tem contribuído para modelar as tendências contemporâneas do direito internacional.”

No que se refere à doutrina Monroe, cabe em primeiro lugar registrar que Oliveira Lima escrevia no auge do expansionismo territorial e imperial americano, logo em seguida à guerra hispano-americana. A guerra transferiu, digamos assim, a soberania de Cuba e das Filipinas da Espanha para os EUA – mas antes do chamado “corolário Roosevelt” a essa doutrina, este implicando um papel de “polícia” que os EUA se auto-atribuíam no hemisfério, em face de possíveis ou reais intervenções européias. Cabe também recordar que a primeira formulação da doutrina, mediante mensagem enviada por Monroe ao Congresso, em 1823, estipulava basicamente dois princípios: (a) que o continente americano não deveria mais ser objeto de tentativas de recolonização por parte de potências européias; (b) que qualquer tentativa nesse sentido seria considerada pelos EUA como perigosa para sua própria paz e segurança.

Oliveira Lima considera que os EUA foram moderados na aplicação dessa doutrina – embora apoiando o México, por exemplo, na questão da invasão francesa – , não sem terem, eles mesmos, deixado de exercer pressão sobre outros países da região sempre quando seus interesses políticos (e, mais freqüentemente, econômicos) estivessem em causa. A prova seria dada logo mais adiante pelo desmembramento da Colômbia, no *affair* do canal do Panamá, bem como em diferentes episódios de intervenção direta no Caribe e na América Central, em total desprezo pela soberania dessas nações, casos justamente consolidados no *follow-up* rooseveltiano à doutrina Monroe. Em todo caso, os EUA não gostavam que as potências européias fizessem no seu “quintal” aquilo que elas, e eles próprios, estavam fazendo na China e em outras paragens da imensa periferia subdesenvolvida e aberta à recolonização.

O que mais interessava aos EUA, como registra com razão Oliveira Lima, era a constituição de um espaço econômico integrado no hemisfério, ou pelo menos uma vasta zona de livre comércio aberta aos seus interesses mercantis. Daí a proposta, feita na primeira conferência internacional americana de 1889 (na qual o Brasil começou sob a monarquia e terminou já no regime republicano), de uma *customs union*, contando inclusive com padrão monetário bimetalista – os EUA só adeririam ao padrão ouro mais para o final do século – e acordos abrangentes em outras áreas que

não apenas a liberalização comercial, entendimentos que não chegaram a termo, como, aliás, o da Alca mais de um século depois, por oposição da Argentina e do Brasil. Ele, de certa forma, lamenta pelo menos uma das frustrações dessa malograda conferência:

Ficou sem resolução a questão de um padrão monetário uniforme e de uma moeda comum. Os Estados Unidos possuem de fato uma circulação metálica de base ouro (não falando da fiduciária por ser resgatável em ouro) com a prata como auxiliar, que foi definida e defendida no último pleito presidencial, no qual a maioria da população pronunciou-se contra a livre cunhagem da prata, metal dito essencialmente nacional. No México, pelo contrário, a prata constitui o padrão legal. Em quase todos os outros países americanos o excesso das emissões fiduciárias expulsou todo o metal da circulação e produziu o desequilíbrio do câmbio. Em tais condições tornava-se difícil a harmonia financeira, embora teórica, entre as potências do continente.

Oliveira Lima tinha plena consciência da natureza complexa desses arranjos e nunca propugnou por uma aliança estreita com os EUA, em matéria econômica ou em outras esferas. De resto, ele nunca foi um americanófilo, como talvez possa ter sido Joaquim Nabuco, o que fica bem patente em suas duas outras obras de “política externa” que ele escreveu naquela conjuntura de ascensão imperial americana: *Panamericanismo: Monroe, Bolivar, Roosevelt* (1907) e *Cousas Diplomáticas* (1908). Diferente de Nabuco, que tendia a uma visão idealizada do pan-americanismo, ele o considerava, efetivamente, como uma “conquista pacífica do hemisfério em proveito da produção americana”. A “reciprocidade comercial” prometida era ilusória.

Mas Oliveira Lima não escondia suas simpatias pela grande potência em construção, de que é testemunho este julgamento “acolhedor” sobre as conseqüências imediatas da guerra contra a Espanha, da qual emergem engrandecidos os EUA, reproduzindo, de certa forma, a trajetória conquistadora européia:

Os seus resultados foram a inteira destruição de duas esquadras espanholas, a cessão aos Estados Unidos de quase todo o domínio colonial espanhol e a inauguração do imperialismo norte-americano, que é a última conseqüência da constante expansão territorial do país, da sua magnífica civilização industrial e da necessidade em que se encontra de dar razão ao excesso da sua produção agrícola e fabril, para a qual já não vai sendo bastante o mercado nacional e que nos mercados europeus tem que lutar com a concorrência doméstica das respectivas nações, defendida pelo protecionismo de que os Estados Unidos foram os primeiros a exagerar os rigores. Não procedem noutra intenção as grandes nações da Europa disseminando seus agentes comerciais pelo mundo inteiro e manifestando pela aquisição de colônias uma tão cínica cobiça.

De certa forma, ele antecipa a mudança, ou evolução gradual, do monroismo para uma vertente mais afirmativa ou agressiva: os EUA “de há tempos que davam mostras de sufocar dentro da couraça, agora apertada, forjada pelo Presidente

Monroe”. Sua antevisão – ele estava escrevendo em 1898 ou início de 1899 – é bastante clara: “Que o primitivo, ou melhor, o verdadeiro monroismo deixaria de vigorar na sua acepção limitada antes de surgir o século XX, tornara-se palpável”. Não era ainda questão, nessa época, de construir um canal transoceânico no Panamá, e sim na Nicarágua, projeto abandonado em vista das imensas dificuldades materiais (mas já substituído por “estudos” na região do atual Panamá). Ele também menciona o início dos conflitos político-diplomáticos com o Japão, quando da anexação do Havaí pelos EUA, ilhas nas quais viviam alguns milhares de japoneses. O Congresso, sempre hesitante quanto a aumentar o número de soldados a serem despachados para Cuba, Porto Rico, Havaí e Filipinas, aprovou, em qualquer hipótese, a expansão da Marinha, considerada “indispensável à expansão colonial dos Estados Unidos, proteção do seu comércio, necessidades da sua defesa e exigências da sua situação de potência de primeira ordem ou mais propriamente, na expressão inglesa, de *world power*.” Ele também comenta, com detalhes, as obras do então capitão Alfred Taher Mahan, o grande estrategista do poder naval americano.

Comentando o sucesso americano do romance histórico do polonês Henryk Sienkiewicz, *Quo Vadis*, Oliveira Lima afirma que a “América do Norte [ou seja, os EUA] será assim maior do que Roma, porque, ao senso prático e ao instinto de mando que as distingue a ambas, juntará o idealismo cristão com o exercício da sua disciplina moral”. Oliveira Lima conclui esse capítulo evocando os valores que fundamentariam a grandeza dos EUA: “No eclipse da aristocracia colonial herdou a democracia americana muitas das qualidades que a ornavam: a bravura serena, a *self possession*, a generosidade, altaneria, o espírito de mando”.

O capítulo X está todo ele voltado para as relações do Brasil com os EUA, que ele chama de “duas maiores potências do continente americano”. Ele demonstra certa ironia em relação às nações hispano-americanas, dizendo que “as nossas revoluções [isto é, do Brasil] são em média decenais, as deles anuais”. Para as relações cordiais e amistosas entretidas pelos dois gigantes hemisféricos contribuíram a “visita de D. Pedro II à Exposição de Filadélfia em 1876, o seu giro pela União, as suas maneiras despretensiosas e afáveis, a sua inteligência viva e curiosa, [que] produziram maior efeito do que cem volumes de propaganda”. Durante a guerra contra a Espanha, pela “independência” de Cuba, o Brasil teria sido, segundo a imprensa americana”, um país “*neutral but a firm friend*”, da mesma forma como já o tinha sido durante a guerra de Secessão. Como registra sinceramente Oliveira Lima:

A liberdade do tráfico comercial foi sempre, eles o confessam, o ponto sensível dos homens de Estado americanos, e por causa dessa liberdade insistiram longamente os Estados Unidos pela abertura do Amazonas e tributários à navegação mercante estrangeira.

Oliveira Lima não esconde os numerosos incidentes diplomáticos bilaterais que permearam as relações no decorrer do século XIX, mas expressamente se contrapõe ao antiamericanismo de Eduardo Prado, que ele considera como dominado pela “cegueira partidária”: ele “faz da sua má vontade aos Estados Unidos um dos artigos da profissão de fé monárquica no Brasil.” Respondendo diretamente ao título do mais famoso panfleto do publicista anti-americano, dizia Oliveira Lima que “à *ilusão americana* é conveniente contrapor a *realidade americana*.”

Para Oliveira Lima, “Não há coisa alguma que hoje divida o Brasil e os Estados Unidos. Os seus interesses podem não ser todos os mesmos, mas não os há que sejam opostos ou hostis.” Sua visão das relações é ao mesmo tempo realista e condescendente com as diferenças estruturais:

É infinitamente menos provável que entre o Brasil e os Estados Unidos surjam jamais verdadeiros conflitos. Na própria diferença das respectivas condições econômicas encontra-se uma das razões de tal situação. O Brasil é um país que procura consumidores para a sua produção natural e agrícola; os Estados Unidos um país que procura sobretudo colocar o excesso da sua produção industrial. A maior parte do nosso café e da nossa borracha, um pouco do nosso açúcar, um nada do nosso tabaco para aqui vêm: para lá buscam eles mandar em maior escala o que nos fornecem os países manufatureiros europeus, a Inglaterra, a França, a Alemanha, e com que não podem competir nossas poucas indústrias.

Mais adiante, ele diz que a relação é boa devido aos interesses dos próprios EUA: “Aos Estados Unidos convém a nossa simpatia, que já lhes tem sido útil e sem a qual eles correriam muito o risco de isolamento no continente meridional.” Como modo de alcançar o Brasil o nível de desenvolvimento dos EUA, Oliveira Lima preconiza, no mesmo espírito de culto ao “homem branco” da época, uma “sã emigração européia”, capaz de inculcar, nos países latino-americanos e mestiços como o Brasil, a “prática das virtudes que explicam o poderio da raça saxônica”. O exemplo do desenvolvimento americano deveria, segundo ele, oferecer motivos de otimismo quanto ao futuro:

O exame, o estudo dos Estados Unidos como comunidade laboriosa, ordeira e progressiva, ser-nos-á mais proveitoso ainda do que sua amizade para habilitar-nos a realizar por nós mesmos aquela evolução, para a qual nos negam competência, e cumprir nosso destino, que é árduo pela imensidade da perspectiva, mas poderá ser por isso tanto mais glorioso.

O último capítulo, bastante longo, está voltado para a política colonial, de modo genérico, mas americana em particular, partindo Oliveira Lima do pressuposto de que o “mundo inteiro já está convencido de que os Estados Unidos vão tornar-se uma grande potência colonial”. A exemplo de Porto Rico e do Havaí, ele acreditava que “Cuba acabará igualmente por ser anexada, quando a maioria dos Cubanos tiver amplamente revelado sua incapacidade para a manutenção de um governo autônomo e digno”. Ele trata ironicamente do caso das Filipinas:

A administração McKinley com quase unânime aplauso do país tentara uma guerra para dar a independência ao povo cubano e, por uma suprema ironia, iniciava na mesma ocasião outra a guerra para escravizar o povo filipino, igualmente apto ou inapto para a autonomia e igualmente rebelado contra o jugo espanhol, sem disposição alguma de trocá-lo por outro.

Ele registra o inevitável afastamento de uma política comercial mais liberal, em troca do protecionismo alfandegário, sob a influência de lobbies poderosos como o *sugar trust*:

O protecionismo nos Estados Unidos já entrou demasiado na estrutura nacional para poder ser de todo eliminado sem a maior dificuldade, pelo menos nos tempos mais próximos. Os exageros atuais não de porventura ser breve sanados, especialmente se os aumentos de despesa causados pela política colonial obrigarem os Poderes Públicos a recorrer a uma tarifa mais baixa e portanto mais produtiva; os próprios democratas porém já abandonaram o ideal do livre câmbio.

Tampouco importava como e onde seria construído o canal transoceânico, à condição que se ficasse sob a “proteção” do nascente império: “De qualquer forma que se realize, o canal ligando o Atlântico ao Pacífico será dominado pelos Estados Unidos, posto que dando a República penhor, senão de sua neutralização, pelo menos da proteção devida aos interesses dos neutros.” Independentemente dos custos das aventuras imperiais e das hesitações do Congresso em sustentar certas operações, os “partidários do imperialismo (...) proclamam que as colônias retribuirão perfeitamente a metrópole pelos gastos realizados”. Ele também constata uma realidade econômica *fin-de-siècle*: “De há tempos começou-se a dar um fato novo nos anais econômicos do mundo, a saber, a Europa está ficando devedora da América”.

Nem tudo se passou bem com as primeiras aventuras coloniais, ocorrendo algumas improvisações, fruto da inexperiência prática, como a detinham os europeus. Oliveira Lima transcreve a opinião de um periódico americano:

Iniciamos nossa carreira colonial, absolutamente sem experiência, sem sistema, sem o mecanismo necessário para o governo colonial, e com um Congresso e condições

políticas que sugerem graves dúvidas sobre nossa competência para administrar sabiamente.

Mais adiante ele se corrige: “Não se pode contudo afirmar que os Estados Unidos não contam experiência alguma de governo colonial. Este há praticamente sido ensaiado nas porções do continente sucessivamente anexadas, abrangendo aplicação e ausência de *self government*.” A própria Inglaterra, inimiga ainda até a segunda década do século XIX, poderia servir de exemplo: “A crescente amizade entre os Estados Unidos e a Grã-Bretanha poderia aliás contribuir melhor do que qualquer doutrina para experimentalmente ensinar aqueles o melhor modo de governar colônias com mútua prosperidade, delas e da metrópole.”

Oliveira Lima era realista, ou circunspecto, quanto às vantagens da liberalização comercial, que ele achava relativamente prematura para dar certo:

O *free trade*, para o qual as colônias terão de influir e cuja introdução no sistema econômico americano deveria ser gradual e paulatina para não destruir bruscamente as condições existentes, só faria afinal soçobrar as indústrias exóticas, sem base ou probabilidade de vida independente. As indústrias com elementos próprios inquestionavelmente vingariam. (...) O *free trade*, se por um lado envolve a diminuição dos salários pela concorrência feita a certas indústrias, auxilia por outro a extensão do comércio e anima portanto as manufaturas, barateando aliás a vida nos Estados Unidos com o aumento das permutas. (...) O momento, devemos reconhecê-lo, não é favorável para livre câmbio.

Cem anos antes do historiador britânico Niall Ferguson – que, em seus livros *Empire* e *Colossus*, recomenda aos EUA adotar a mesma postura imperial do Reino Unido –, Oliveira Lima acolhe com simpatia essa emulação:

O Império britânico é um modelo deveras [difícil] para recomendar-se porquanto abrange formas variadas de governo colonial. (...) Não podendo razoavelmente ficar aquém da autonomia, terão os Estados Unidos, se converterem em anexação o seu protetorado, de conceder a Cuba as franquias políticas quase soberanas de uma Victoria [província canadense] ou de uma Nova Gales do Sul [na Austrália]; ao passo que manterão justamente Porto Rico e Havaí na situação de algumas dessas *Crown collonies*...

Completam o livro sobre os EUA três apêndices documentais, em forma de notas. A primeira retoma a questão da imigração e das relações entre as “raças” naquele país. A segunda consiste na nota do Departamento de Estado encaminhada ao primeiro representante diplomático em Washington, José Silvestre Rebelo, e que tratava das formas e meios de se incrementar as relações entre os dois países. A terceira aborda a terrível questão dos linchamentos públicos perpetrados contra os negros do sul dos EUA, nota na qual Oliveira Lima demonstra os mesmos

preconceitos já detectados no capítulo inaugural desta obra. Apenas um extrato confirma essa impressão, e com ele se conclui o livro:

As atuais condições político-sociais do Sul prolongar-se-ão enquanto os brancos não sentirem absoluta sua supremacia e completa sua segurança, e os negros, como disse no Capítulo I, não dispuserem de mais educação moral e profissional, e sobretudo se não capacitarem de que não há lugar conspirou para eles no Governo nacional e é mister resignarem-se à inferioridade social que na opinião americana lhes acarreta o estigma da raça. Os dois elementos não podem coexistir aqui com atribuições e destinos iguais: um há de manter o outro em dependência e o vencedor tem de inquestionavelmente ser o elemento branco, dispondo de mais inteligência, mais experiência, mais decisão e mais recursos. Nesse dia desapareceria por desnecessárias as atrocidades dos linchamentos, produzidos pela incerteza no futuro e, em última análise, pelo temor do sacrifício dos interesses da civilização de origem européia.

Não por isso a presente obra de Oliveira Lima deve ser desconsiderada como anacrônica, posto que anacrônico seria um julgamento contemporâneo quanto a fatos e argumentos que expressam fielmente o *Zeitgeist*. De fato, o livro revela com perfeita verossimilhança como eram os EUA de um século atrás e como eram construídas as explicações e *rationales* que fundamentavam o “darwinismo” social e geopolítico, ou seja, a supremacia do homem branco e natural dominação das sociedades industriais, economicamente mais avançadas, sobre todas as demais. Desse ponto de vista, o livro oferece um retrato perfeito do imperialismo e do colonialismo em seu ponto mais alto de afirmação e justificação.

No plano mais específico das comparações que poderiam ser feitas com o caso do Brasil, a recomendação a ser feita é que este livro seja lido em paralelo com as *lectures* feitas por Oliveira Lima em universidades americanas mais de uma década depois: *The Evolution of Brazil Compared with that of Spain and Anglo-Saxon America* (Stanford, California University Press, 1914, edited with introduction and notes by Percy Alvin Martin; com uma edição brasileira inclusive antecipando sobre a americana: *América Latina e América inglesa: a evolução Brasileira comparada com a Hispano-Americana e com a Anglo-Americana*; Rio de Janeiro: Garnier, s.d.[1913]; o livro foi objeto de nova edição americana: New York: Russell and Russell, 1966). As razões do avanço americano e as do nosso atraso relativo já estavam inseridas, por assim dizer, nas estruturas da colonização desde vários séculos antes. Elas ainda não foram de todo superadas, embora os quase dois séculos de independência política já nos tenham permitido assumir plena responsabilidade por nossa trajetória e modelo de desenvolvimento.

Oliveira Lima nos ajuda a ver, embora com argumentos que hoje tendem a ser desconsiderados como “politicamente incorretos”, os fatores responsáveis por nosso lento desenvolvimento material e sobretudo educacional. Vale a pena percorrer estas páginas e constatar o que mudou e, em especial, o que não mudou, tanto nos EUA, como no Brasil desde um século aproximadamente. As lições podem não ser todas agradáveis, mas elas são certamente instrutivas...

Paulo Roberto de Almeida  
Brasília (1876), 18 de abril de 2008